

OBS: No título de cada matéria encontra-se o link para sua integra.

Diário Oficial da União

Assuntos Econômicos

Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos

[Portaria 12, de 19 de julho de 2011](#)

Emiti o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167/1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, a qual recebeu recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, na modalidade dos artigos 5º e 9º da citada Lei.

Fonte: CNI

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória 539, de 26 de julho de 2011](#)

“Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei no 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras Providências”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Retificação art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.173, de 22 de julho de 2011](#)

“Publicada na página 28 da Seção 1 da Edição do Diário Oficial da União (DOU) nº 141, de 25 de julho de 2011”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Gabinete do Ministro

[Portaria 369, de 28 de julho de 2011](#)

“Institui o Comitê Estratégico de Gestão do Ministério da Fazenda e dá outras providências”.

Fonte: CNI

Banco Central do Brasil

[Resolução 3.995, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre linhas de crédito destinadas aos financiamentos ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e institui Linha de Financiamento de Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel”.

Fonte: CNI

[Resolução 3.996, de 28 de julho de 2011](#)

“Define fatores de ponderação para fins de cumprimento da exigibilidade e das subexigibilidades com base nos depósitos à vista (MCR 6-2), altera os percentuais de subexigibilidades e da faculdade de aplicação com recursos do MCR 6-2 e introduz outros ajustes no MCR”.

Fonte: CNI

[Resolução 3.997, de 28 de julho de 2011](#)

“Altera a Resolução nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que dispõe sobre o mercado de câmbio e dá outras providências”.

Fonte: CNI

[Resolução 3.998, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre o registro de operações de cessão de créditos e de arrendamento mercantil em sistemas de registro e liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil”.

Fonte: CNI

Banco Central do Brasil - Diretoria Colegiada

[Circular 3.552, de 26 de julho de 2011](#)

“Altera a data a partir da qual deverão ser submetidas à liquidação em sistema operado pelo Banco Central do Brasil as Transferências Eletrônicas Disponíveis (TEDs) realizadas a favor ou por ordem de instituição titular de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, sempre que envolverem aplicação nos mercados financeiro e de capitais”.

Fonte: CNI

Comércio Exterior**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Secretaria de Comércio Exterior**

[Portaria 24, de 26 de julho de 2011](#)

“Regulamenta a prorrogação de atos concessórios de drawback, nos termos da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011”.

Fonte: CNI

Fomento e Desenvolvimento Tecnológico**Ministério da Cultura - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura**

[Portaria 412, de 25 de julho de 2011](#)

Tornar público o(s) projeto(s) relacionado(s) no anexo abaixo, incentivado(s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua(s) aprovação(ões) quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 3º, inciso VIII do artigo 69 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 05/10/2010, publicada no Diário da Oficial União de 06/10/2010.

Pronac - 083282

Nome do Projeto - Empresariado Brasileiro: Política, Economia e Sociedade

Proponente CEPAC Pesquisa e Comunicação Ltda.

CNPJ/CPF 00.086.753/0001-61

Objeto Edição de livro que pretende demonstrar a trajetória do empresariado brasileiro, desde o início da industrialização até o período mais recente. A obra analisará o papel de Roberto Simonsen no

início do século passado, as questões referentes a readequação econômica brasileira em função dos desafios do pós-guerra, a ação política dos empresários em várias etapas da história nacional, a visão da literatura especializada, a adequação das associações de classe, a importância do SESI e do SENAI e a visão que a sociedade têm dos empresários e do capitalismo, expressa em pesquisa de opinião.

Área Valor Solicitado (R\$) 750.260,00

Valor Aprovado (R\$) 358.464,00

Valor Captado (R\$) 358.464,00

Fonte: CNI

Presidência da República - Secretaria- Geral

[Portaria 256, de 29 de julho de 2011](#)

“Aprova o Regimento Interno do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil – 4a Edição”.
(D.O.U. Edição Extra de 29/07/11)

Fonte: CNI

Política Agroindustrial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Gabinete do Ministro

[Instrução Normativa 36, de 20 de julho de 2011](#)

Estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, individualmente ou por meio de consórcios, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, integrado pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, na forma desta Instrução Normativa.

Fonte: CNI

Infraestrutura

Atos do Poder Executivo

[Decreto de 26 de julho de 2011](#)

“Altera o Decreto de 14 de janeiro de 2010, que institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014”.

Fonte: CNI

Política Social

Saúde

Atos do Poder Legislativo

[Lei 12.461, de 26 de julho de 2011](#)

“Altera a Lei nº 10.741, de 1o de outubro de 2003, para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde”.

Origem: PL 944/07

Fonte: CNI

Inclusão Social

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.535, de 26 de julho de 2011](#)

“Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS””.

Fonte: CNI

Relações do Trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

[Resolução 671, de 28 de julho de 2011](#)

“Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2011 - PDE/2011, de que trata a Resolução nº 661, de 24 de fevereiro de 2011”.

Fonte: CNI

[Resolução 672, de 28 de julho de 2011](#)

“Modifica a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, incorporadas as alterações efetuadas por resoluções subsequentes, e o Termo de Referência aprovado na Resolução nº 667, de 26 de maio de 2011, bem como o Anexo da Resolução nº 670, de 28 de junho de 2011, com vistas à execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego”.

Fonte: CNI

Previdência Social

Despachos da Presidenta da República

[Mensagem 295, de 29 de julho de 2011](#)

Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Previdência Social e seu Protocolo Adicional, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, em 3 de dezembro de 2009.

Fonte: CNI

Tributos

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Instrução Normativa 1.177, de 25 de julho de 2011](#)

“Altera a Instrução Normativa RFB no 1.110, de 24 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)”.

Fonte: CNI

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança

[Ato Declaratório Executivo 46, de 27 de julho de 2011](#)

“Divulga a Agenda Tributária do mês de agosto de 2011”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda

[Portaria 3.182, de 29 de julho de 2011](#)

“Altera a Portaria RFB nº 2.439, de 21 de dezembro de 2010, que estabelece procedimentos a serem observados na comunicação ao Ministério Público Federal de fatos que configurem, em tese, crimes contra a ordem tributária; contra a Previdência Social; contra a Administração Pública Federal, em detrimento da Fazenda Nacional; contra Administração Pública Estrangeira; bem como crimes de contrabando ou descaminho, de falsidade de títulos, papéis e documentos públicos e de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores”.

Fonte: CNI

Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança

[Ato Declaratório Executivo 48, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre a alteração da denominação do código de receita 2009”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório Executivo 49, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório Executivo 50, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório Executivo 51, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre a instituição de código de receita para o caso que especifica”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório Executivo 52, de 28 de julho de 2011](#)

“Divulga códigos de receita para depósito judicial ou extrajudicial e consolida em tabela os códigos vigentes a serem utilizados no Documento para Depósitos Judiciais ou Extrajudiciais à Ordem e à Disposição da Autoridade Judicial ou Administrativa Competente”.

Fonte: CNI

[Ato Declaratório Executivo 53, de 28 de julho de 2011](#)

“Dispõe sobre a instituição de códigos de receita para os casos que especifica”.

Fonte: CNI

Impostos

Atos do Poder Executivo

[Decreto 7.536, de 26 de julho de 2011](#)

“Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF”.

Fonte: CNI

Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal do Brasil

[Ato Declaratório Executivo 9, de 29 de julho de 2011](#)

“Divulga os valores do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), segundo o regime de tributação de que trata o art. 58-J da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003”.

Fonte: CNI

Taxas

Coordenação de Tributos Sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras

[Ato Declaratório Executivo 20, de 6 de julho de 2011](#)

“Divulga taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço relativo ao mês de junho de 2011”.

Fonte: CNI

Diário Oficial Estadual

Assuntos Econômicos

Política Agroindustrial

Secretaria do Estado e do Meio Ambiente

[Resolução nº 73, de 25 de Julho de 2011](#)

Regulamenta o cadastro de agrotóxicos para distribuição e comércio em território paranaense e dá outras providências.

Fonte: DOE 28.07.2011

Infraestrutura

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.174](#)

Autoriza a implementação das ações necessárias a execução de obras de recuperação, recape, e/ou pavimentação urbana.

Fonte: DOE 27.07.2011

Transporte

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.038](#)

Institui o Comitê Estadual do Transporte Escolar, sem ônus para o Estado, e dá providência correlatas.

Fonte: DOE 20.07.2011

Política Social

Inclusão Social

Gabinete do Secretário Especial de Esportes

[Resolução Nº 001/2011](#)

Institui sobre a criação da Comissão de estudo e composição do Anteprojeto de Lei de Incentivo ao Esporte do Estado do Paraná.

Fonte: DOE 27.07.2011

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.105](#)

Reestrutura, no âmbito do Estado do Paraná, o Comitê Executivo Estadual Esportivo e Paradesportivo.

Fonte: 22.07.2011

Saúde

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.037](#)

Fica instituído o Comitê Gestor Intersecretarial de Saúde Mental destinado a promover o desenvolvimento e a articulação da implantação de medidas destinadas a ampliar a acessibilidade e equidade das ações de prevenção de agravos e promoção da saúde mental no âmbito do Estado do Paraná.

Fonte: DOE 20.07.2011

Tributos

Coordenação de Receita do Estado

[Norma de Procedimento Fiscal Nº 058/2011](#)

Altera as NPF n. 041/2009 e n. 095/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica, e seus Anexos Únicos.

Fonte: DOE 27.07.2011

Impostos

Atos do Poder Executivo

[Decreto Nº 2.077](#)

Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007, alterações aos estabelecimentos fabricantes das seguintes mercadorias classificadas na NCM, no percentual de cinquenta por cento sobre o valor do imposto devido nas saídas de produtos derivados de amido de milho em operações interestaduais.

Fonte: DOE 20.07.2011

[Decreto Nº 2.078](#)

Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 1.980, de 21 de dezembro de 2007, alterações referentes aos estabelecimentos comerciais e não industriais contribuintes do imposto, que realizarem a importação de bens para integrar o ativo permanente, ou de mercadorias, por meio dos Portos de Paranaguá e de Antonina e de aeroportos paranaenses.

Fonte: DOE 20.07.2011